

ACTA NÚMERO 169/XII/3.^a SL

Aos 11 dias do mês de fevereiro de 2014, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Agricultura e Mar, na sala 9 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Discussão e votação de atas de reuniões da Comissão.
2. Nota de admissibilidade da petição subscrita pelos pequenos produtores agrícolas do Concelho de Lagos, com o objetivo de exigir a reposição da isenção de obrigação de faturação das atividades agrícolas enquadradas pelo artigo 53º do CIVA.
3. Requerimento apresentado pelo GP/PS, para audição do Senhor Secretário de Estado do Mar, a propósito da publicação do DL nº 16/2014, de 3 de fevereiro "Docapesca".
4. Discussão e votação do Parecer, elaborado pelo Senhor Deputado João Ramos, sobre a Iniciativa Europeia "COM (2013) 681 - RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO relativo à operação global de controlos oficiais nos Estados-Membros sobre a segurança dos alimentos, a saúde e o bem-estar dos animais e a fitossanidade".
5. Escrutínio Europeu: - Seleção de iniciativas a escrutinar:-COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES _ Energia azul - Materializar o potencial da energia oceânica nos mares e oceanos da Europa no horizonte de 2020 e mais além [COM (2014) 8].- RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre as despesas do FEAGA - Sistema de alerta n.º 12/2013 [COM (2014) 19]

6. Discussão e votação do trabalho apresentado pelo Grupo de Trabalho "EBOGEMN" - Proposta de Lei nº 133/XII/2º (Estabelece as bases do ordenamento e da gestão do espaço marítimo nacional).

7. Outros assuntos.

A reunião foi presidida pelo Senhor Presidente da Comissão Deputado Vasco Cunha, que cumprimentou todos os Senhores Deputados presentes.

No ponto 1 da OD procedeu-se à apreciação e votação das atas n.ºs 166 e 167, tendo ambas sido aprovadas por unanimidade.



Ata n.º 167 de 4 de fevereiro de 2014.do Ata n.º 166 de 29 de janeiro de 2014.doc

No ponto 2 da OD procedeu-se à apreciação da nota de admissibilidade da petição subscrita pelos pequenos produtores agrícolas do Concelho de Lagos, com o objetivo de exigir a reposição da isenção de obrigação de faturação das atividades agrícolas enquadradas pelo artigo 53º do CIVA. Foi aprovada a admissibilidade da Petição, tem sido nomeado Relator o Senhor Deputado Miguel Freitas (PS).



Nota de admissibilidade.doc

No ponto 3 da OD foi apreciado o requerimento apresentado pelo GP/PS, para audição do Senhor Secretário de Estado do Mar, a propósito da publicação do DL nº 16/2014, de 3 de fevereiro "Docapesca".



Requerimento -
audição SE Mar - DL 1

Apresentou o Requerimento o Senhor Deputado Jorge Fão (PS).

Usaram da palavra os Senhores Deputados João Ramos (PCP) que apresentou um Requerimento oral solicitando a Audição do Presidente do CA da DOCAPESCA, Ulisses Pereira (PSD) e Abel Baptista (CDS-PP). O Senhor Deputado Jorge Fão (PS) não se opôs à votação do Requerimento, juntamente com o Requerimento oral apresentado pelo Senhor Deputado João Ramos.

O Requerimento foi aprovado, por unanimidade, tendo sido decidido que em primeiro lugar será realizada a audição do Presidente do Conselho de Administração da DOCAPESCA e, por último, o Senhor Secretário de Estado do Mar.

No ponto 4 da OD procedeu-se à discussão e votação do Parecer, elaborado pelo Senhor Deputado João Ramos (PCP), sobre a Iniciativa Europeia "COM (2013) 681 - RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO relativo à operação global de controlos oficiais nos Estados-Membros sobre a segurança dos alimentos, a saúde e o bem-estar dos animais e a fitossanidade".



COM (2013) 681 -
Relatório da Comissão

O Senhor Deputado João Ramos (PCP) procedeu à apresentação do Relatório.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro do Ó Ramos (PSD), Abel Baptista (CDS-PP) e Miguel Freitas (PS).

O Relatório foi aprovado por unanimidade.

No ponto 5 da OD Escrutínio Europeu: - Seleção de iniciativas a escrutinar:-COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES _ Energia azul - Materializar o potencial da energia oceânica nos mares e oceanos da Europa no horizonte de 2020 e mais além [COM (2014) 8].- RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre as despesas do FEAGA - Sistema de alerta n.º 12/2013 [COM (2014) 19], a CAM decidiu **não** escrutinar as iniciativas em apreço.

No ponto 6 da OD discussão e votação do trabalho apresentado pelo Grupo de Trabalho "EBOGEMN" - Proposta de Lei nº 133/XII/2º (Estabelece as bases do ordenamento e da gestão do espaço marítimo nacional).

O Senhor Presidente abriu um breve debate, dando de imediato a palavra à Senhora Coordenadora do GT, Deputada Ana Paula Vitorino (PS).

A Senhora Deputada relevou o trabalho de todos neste processo, Deputados, assessores dos GPs e serviços da AR. Recordou que foram aprovadas propostas de alteração de todos os GPs sublinhando ser este um exemplo do que deve ser a atividade legislativa. Referiu que o resultado final está à altura de uma Lei de Bases. Relevou também a abertura manifestada pela Senhora Ministra em todo este processo e deixou uma palavra de agradecimento a todas as Entidades/Associações e personalidades que deram o seu contributo ao longo de todo este processo, quer com a sua participação nas audições realizadas, quer com os seus contributos escritos.

O Senhor Deputado Abel Baptista (CDS-PP) acompanhou as palavras da Senhora Deputada e relevou o papel da Senhora Coordenadora na condução deste processo. A sua experiência política e profissional revelaram-se de extrema importância.

O Senhor Deputado Miguel Freitas (PS) deixou uma palavra de reconhecimento ao Governo pelo espírito de abertura que manifestou no decorrer dos trabalhos deste GT. Elogiou também o trabalho da AR em todo este processo e relevou ainda a forma como a Senhora Deputada Ana Paula Vitorino coordenou todo este trabalho.

O Senhor Deputado Cristóvão Norte (PSD) acompanhou as afirmações anteriores de saudação a todos quantos intervieram neste processo, Deputados, assessores, serviços da AR. Relevou também o papel desempenhado pela Senhora Deputada Ana Paula Vitorino na coordenação deste GT.

O Senhor Deputado João Ramos (PCP) distinguiu o processo político e o processo legislativo, relevando a forma como foi conduzido este processo legislativo e referindo que em termos políticos não pode acompanhar este texto final.

O Senhor Deputado Pedro do Ó Ramos relevou o trabalho desenvolvido pelo GT, acompanhando os anteriores oradores nas saudações e referiu que este diploma deve merecer um amplo consenso, dada a sua importância para as políticas concernentes ao Mar.

A Senhora Deputada Ana Paula Vitorino relevou, que neste caso, o protagonismo não foi em benefício próprio, mas sim em benefício do GT, com este trabalho honrámos o papel para que fomos eleitos.

O Senhor Presidente saudou todos os intervenientes neste processo e relevou também a participação da sociedade civil para o bom termo deste processo. Considera que a CAM, que tem pouco processo legislativo, sai honrada com este processo e para isso, muito contribuiu a coordenação feita pela senhora Deputada Ana Paula Vitorino. Este GT conseguiu proteger-se de algum ruído que se fez, pela duração deste processo, mas o resultado final veio dizer que o GT durou o tempo que tinha que durar.

O Senhor Presidente perguntou se os GPs “validavam” as votações indiciárias feitas no GT, tendo recebido resposta afirmativa de todos os GPs.

O Senhor Presidente referiu que o Senhor Deputado Luís Fazenda (BE) entregou a declaração de voto, que de imediato se reproduz.

Como resultado deste trabalho a CAM irá apresentar ao Plenário um texto de substituição à PPL n.º 133/XII.



Texto de
Substituição à PPL 13

Declaração de voto

A proposta de Lei 133/XII, “Estabelece as bases do ordenamento e da gestão do espaço marítimo nacional” teve uma evolução positiva tímida nalguns pontos específicos, mas o balanço geral continua extremamente negativo.

Quatro propostas do Bloco de Esquerda foram aprovadas que contribuíram para essa pequena melhoria: duas propostas definindo a obtenção do bom estado marítimo e não apenas a sua manutenção; uma prevendo a participação das autoridades das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira; e uma última relativa à obrigatoriedade da vantagem do interesse público, por exemplo, nas licenças e autorizações. Valorizamos estas melhorias, consideramos insuficientes para mudar a nossa posição de fundo. Outras medidas de fundo propostas pelo Bloco de Esquerda não foram aceites: a diminuição dos prazos das licenças de 25 para 15 anos, a extinção das concessões e outras medidas relativas à autonomia regional.

Também propusemos, sensatamente, redefinir o objetivo do ordenamento do espaço marítimo nacional introduzindo o objetivo traçado pela Directiva-Quadro “Estratégia Marinha” (Diretivo 2008/56/CE). Mas também esta proposta foi recusada. PSD, CDS e PS preferiram manter como objetivo a promoção da exploração económica e não a abordagem ecossistémica à gestão das atividades humanas, bem definida.

O centro desta lei mantém-se intacto: a privatização do mar. À maioria PSD/CDS juntou-se o PS para um acordo para esse efeito. Se a proposta inicial previa a privatização, pela via de concessões, por 75 anos de áreas ou volumes de mar, o acordo mantém a privatização agora por 50 anos. O Bloco de Esquerda rejeita a privatização do mar.

A lei tem ainda outros aspetos negativos que agravam a questão da privatização, nomeadamente a possibilidade de suspensão dos instrumentos de ordenamento do espaço marítimo nacional. É a aplicação dos malfadados PIN (Projetos de Interesse Nacional) ao mar. Perante a perspetiva de retorno privado de um negócio, o ordenamento é esquecido assim como a proteção ambiental e social e abre-se uma auto-estrada ao investimento e lucro privado.

O foco central desta lei é a privatização do mar. Por isso, nascem as concessões e para isso o ordenamento jurídico pode até ser suspenso. Para potenciar a privatização, quatro diplomas complementares serão feitos pelo governo nos próximos 6 meses. O Bloco de Esquerda reafirma a sua posição contra a privatização do mar e pelo interesse público.

11 de fevereiro de 2014,

O deputado,

Luís Fazenda

No ponto 7 da OD, outros assuntos, o Senhor Presidente recordou que no próximo dia 19, pelas 10H, haverá uma audição do Senhor Eurodeputado Capoulas Santos sobre a PAC. A CAM irá reunir, de forma a não inviabilizar a participação dos Senhores Deputados nesta audição.

Outra questão levantada refere-se à carta enviada pelo Senhor Presidente à 11.^a Comissão, solicitando que fosse ainda considerada a hipótese de serem ouvidas as quatro Confederações da Agricultura e ainda que fossemos avisados das respetivas datas de realização, no âmbito da discussão da PPL n.º 183/XII, chamada Lei dos solos.

O Senhor Presidente informou que ainda não tinha sido recebida resposta.

O Senhor Deputado Pedro do Ó Ramos referiu que esta questão já tinha sido debatida a nível interno, no seio do GP do PSD e que gostaria que ainda fosse possível ouvir as Confederações em falta. Se isso vier a acontecer, que a CAM seja avisada atempadamente da data, recordou que já saíram Deputados desta reunião para irem ouvir a CAP, na 11.^a Comissão onde, neste momento, está a decorrer a audição e da qual não fomos avisados.

A reunião foi encerrada às 16:30H, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Estiveram presentes os Senhores Deputados.

Abel Baptista
Cristóvão Norte
Fernando Marques
João Ramos
Jorge Fão
Jorge Rodrigues Pereira
José Luís Ferreira
Luís Pedro Pimentel
Manuel Isaac
Maria José Moreno
Mário Simões
Miguel Freitas
Pedro do Ó Ramos
Pedro Lynce
Ulisses Pereira
Vasco Cunha
António Prôa
João Paulo Pedrosa
Luís Fazenda
Mário Magalhães
Teresa Costa Santos
Valter Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Glória Araújo
Helena Pinto
Pedro Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Jesus
Nuno Serra
Renato Sampaio
Rosa Maria Bastos Albernaz



Comissão de Agricultura e Mar

Palácio de São Bento, 11 de fevereiro 2014

.O Presidente

(Vasco Cunha)